



**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES
SOBRE O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL**

21 de Outubro de 2011

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Discutimos esta petição no exato dia em que milhares de trabalhadores, por todo o país e também expressivamente nos Açores, se manifestam pela exigência de uma política diferente para o nosso país e para a nossa Região.

Temos um Governo surdo às queixas e aos apelos dos portugueses, cego em relação às consequências desastrosas da sua política e olímpicamente imune a qualquer reflexão lógica sobre o que está a fazer ao país, teimando numa receita errada de que colhemos agora os amargos frutos, que objetivamente alimenta e legitima a contestação social com a sua atitude.

Esmagados pela imposição de sacrifícios sobre sacrifícios, que servem apenas para afundar ainda mais o país no abismo da recessão e da dívida, não restou outra alternativa aos trabalhadores portugueses do que erguerem-se e transformarem o seu descontentamento em protesto ativo, reclamando a soberania que em democracia é sua e apenas sua, e exigindo a inversão da política de submissão aos ditames da troika.

Esta exigência vai muito para lá da reivindicação laboral ou da reclamação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Trata-se, verdadeiramente, de uma questão de salvação nacional, travando a destruição do país, das suas condições sociais e infraestrutura económica que, a mando do FMI, PSD e CDS-PP, com o frequente apoio do PS, se encarregam de executar. Esta é verdadeiramente uma Greve para salvar Portugal e os Açores da ruína!



E este clamor crescente desta contestação, a afirmação desta urgência por tantos milhares de portugueses é já demasiado grande para ser ignorada, sob pena de se comprometer todo o sentido real da democracia: o Poder do Povo. Oíçam o Povo!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

E se a Greve Geral aponta um rumo para salvar o país, o mesmo se pode dizer desta petição, já que coloca, com toda a propriedade, a necessidade urgente de inverter o rumo de desvalorização dos salários que tem sido seguido nos últimos anos.

Já o repetimos aqui muitas vezes – e havemos de o fazer quantas vezes forem necessárias: A economia portuguesa terá, e tem, muitos problemas, mas salários alto de mais não são de certeza um deles!

Portugal tem dos mais baixos salários a nível europeu. O mesmo se passa com o Salário Mínimo, no qual Portugal está verdadeiramente na cauda da Europa, apenas ultrapassando algum dos países da Europa de leste e a Turquia.

E, bem atrás do comum dos trabalhadores portugueses, vêm os açorianos, que recebem em média menos 100 Euros.

É um fato conhecido que, na nossa Região, a abrangência do salário mínimo é enorme, mercê das baixas qualificações mas, sobretudo, de uma continuada política de baixos salários.

A crise que atravessamos nos Açores, o aumento brutal do desemprego, os encerramentos de empresas, demonstram que não pagar às pessoas, não pôr dinheiro na mão das famílias acaba necessariamente por ter custos, custos elevados que os açorianos e as empresas açorianas estão a pagar. Aliás, apenas entre ontem e hoje o grupo INSCO, ligado aos supermercados Continente, anunciou que vai despedir 40 trabalhadores nos Açores.

Este é o preço que pagamos!



Este é o custo da desvalorização do poder de compra das famílias!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

É para inverter esse rumo, é para aliviar esse terrível preço que pagamos pela recessão, que esta Petição, tal como PCP também propôs em Outubro passado, propor aumentar a percentagem do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo.

E, a percentagem que propõe, faz todo o sentido. Aumenta-la dos 5% para os 7,5% é a forma de repor os valores que são devidos aos trabalhadores desde que o então Governo do PS rasgou o compromisso assumido em Concertação Social de aumentar o salário mínimo nacional para os 500 Euros. É, também por isso, uma medida justíssima e acertada!

Houve, nos Açores, ao longo dos últimos anos um aumento da produtividade e da riqueza gerada, como expresso na percentagem do PIB per capita nacional. Ainda bem. Folgamos. Agora, não podemos aceitar que esse aumento de riqueza não reverta também para os trabalhadores açorianos!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Já sei que me vão falar, uma vez mais, como sempre, nas dificuldades das empresas. E é justamente disso que eu estou a falar também!

O problema são as vossas palas ideológicas que transformam esta discussão num diálogo de surdos!

O problema é que quando se trata de apoiar diretamente os lucros, para os senhores, tudo são facilidades e urgências, sem olhar a meios, tudo por esse desígnio



que vos move de transferir os recursos públicos para a esfera privada. Mas quando se trata de fazer algo por quem trabalha, pelo Povo que efetivamente nos elegeu, então tudo são dificuldades, todas as portas estão fechadas. Para os trabalhadores nunca há orçamento!

O problema é que os senhores não conseguem perceber que cada Euro que a Região e as empresas investirem no bem estar das famílias reverterá, acrescentado, para as vendas de cada uma das empresas e para o conjunto da economia regional, de forma sustentável, justa e equilibrada!

Tenham a coragem de sair da trincheira ideológica, senhores Deputados e pensem nos Açores, pensem no futuro e apoiem esta pretensão dos peticionários!

Por razões regimentais, o PCP não pode, neste momento repetir a proposta que aqui trouxemos em Outubro passado. Mas fica aqui o solene compromisso de que na próxima sessão legislativa o voltaremos a fazer sem falta.

O Deputado do PCP Açores

Aníbal Pires